

A ideia de comunicação

Frederico Duarte Pires de SOUSA¹

Resumo

O presente artigo se propõe a discutir a comunicação em seu eixo epistemológico, estabelecendo a reflexão a partir do diálogo entre diferentes concepções teóricas, tendo em mente a comunicação não apenas como processo de interação entre partes de uma operação, mas também enquanto sentido na composição do existir humano.

Palavras-chave: Comunicação. Interação. Intersubjetividade. Linguagem.

Introdução

Tráfego; interação; partilha; diálogo; fluxo; informação; dados. Troca. Intersubjetividade. Ato, efeito e processo. Objeto e campo. Disciplina e interface. De diferentes modos e a partir de diferentes interpretações, essas, entre outras, são palavras-chaves que tem permeado toda a tradição, se é que assim pode-se considerar, de teorias que se propuseram a tomar por objeto a comunicação. Conceito central em diversas discussões das ciências humanas contemporâneas, a noção de comunicação – e os seus meios – passou a fazer parte do conjunto de terminologias acadêmicas que se recorre querendo considerar uma infinidade de significados, efeitos e objetos, mas cuja real definição, definitiva e inobliterável, dificilmente poderia ser apresentada.

Em si, o vocábulo comunicação, carrega uma complexidade de sentidos que resulta não somente da dificuldade de se definir o conjunto de operações e ações que se visa problematizar, mas antes, de discernir o sentido do o que se quer dizer com tal ideia acarreta na construção da vivência humana. Independente das atribuições que lhe são conferidas – de acordo, por exemplo, com uma dada abordagem teórica em detrimento de outra – a ideia de comunicação, seus processos e seus meios, colocam em cheque as diferentes facetas da

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: fredericodsousa@gmail.com

interação humana, seja entre indivíduo e sociedade, seja entre sociedade e ambiente, ou quaisquer tipo de relação que daí se imbrica ou se compõe. Fato é, que a comunicação, enquanto sentido faz parte da instituição da realidade humana. Propriamente humana. E talvez mais, indo a ponto de se perguntar, se a comunicação, não seria em última instância, aquilo que coloca em jogo a coexistência das coisas.

É a partir deste eixo de reflexões que se procura estabelecer o fio de discussão deste trabalho. Assim, o presente artigo parte com uma grande pretensão: assumir a comunicação enquanto um objeto epistemológico. Não que se tenha qualquer meta de verdade ou de se alcançar a ideia final e definitiva de comunicação. O que se dispõe a fazer é considerar comunicação a partir de uma perspectiva gnoseológica, buscando não apenas levantar algumas de suas concepções teóricas, mas também enxergar a partir delas, alguns de seus sentidos possíveis.

É, portanto neste contexto, que este artigo adota o tom ensaístico em sua abordagem, buscando se estabelecer enquanto discussão a partir da argumentação lógica e do diálogo teórico. Para tal, recorre-se a alguns autores em detrimento de outros. É importante salientar, também, que diante das limitações que um trabalho deste porte apresenta para o bem ou para o mal, algumas medidas de recorte teórico se fizeram necessárias. Seria, afinal, incoerente, assumir o compromisso de se esgotar ou contextualizar, completamente, qualquer uma – quanto mais o conjunto – das concepções teóricas que se adota ou se aborda ao longo desta discussão. A escolha não é arbitrária, ela compõe a linha de raciocínio que o autor acredita ser a melhor, ou ao menos ter mais afinidade, ao momento, a fim de se alcançar seu objeto de problematização. Outros caminhos, é claro, são possíveis. Mas até aí, estes ficam abertos as discussões futuras.

A articulação com a linguagem

É coerente assumir que toda a busca por alguma definição, cuja qual a operação a que se refere, exista antes na linguagem, dê-se por meio da linguagem. Afinal, a comunicação, no caso específico do ser humano, é um traço indissociável de suas faculdades linguísticas. É ao ancorar-se na linguagem, que a comunicação autonomiza seu sentido na construção do existir humano, pois, tal qual Sodré (2003), está-se de acordo que é função da comunicação, mais do

que nomear, instituir o mundo.

Toda linguagem é uma expressão, e toda expressão, é em essência, representação e comunicação. O conteúdo linguístico é a representatividade do mundo conceitual das ideias. A linguagem é a condição a priori do pensamento, a forma de toda e qualquer mensagem simbólica se fazer presente, ou nas palavras de Kristeva, “[...] a linguagem é simultaneamente o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização”. (2007, p.17). Assim, a linguagem está bem além de ser apenas o código a partir do qual se comunica e transmite uma mensagem, sendo que é somente por existir uma linguagem que se pode pensar em uma mensagem e não o inverso, por que é o processo cognitivo da linguagem que permite estruturar, organizar e sistematizar pensamento abstrato em material de comunicação.

E acrescenta Kristeva: “Se a linguagem é a matéria do pensamento, é também o próprio elemento da comunicação social. Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado”. (2007, p.18).

É tendo estes aspectos da linguagem em mente, que se dispôs aqui a considerá-la, a *priori*, como aquilo que permitiu a espécie humana uma realidade comunicacional além do nível instintivo da ação e reação, toma-se assim a linguagem como a faculdade que viabilizou o nível simbólico dos processos comunicacionais, ao se atribuir a ela a capacidade cognitiva de abstração, de representação e de expressão, e em última instância, da experientiação (mais ou menos coesa) do que a outra experiência em seu âmago. A linguagem é a possibilidade de se (re) apresentar e se experienciar simbolicamente, aquilo que não se pode fazer de outro modo.

A linguagem se fez, portanto, imprescindível na história da evolução humana, não apenas por se tratar de um elemento chave na luta do homem contra complexidade das forças externas do ambiente, mas por ao possibilitar um novo sentido nos processos de interação, permite não somente que um indivíduo fale e interaja com os demais, mas que fale também consigo mesmo, e ao ser capaz de compreender o objeto desta fala, torna-se apto a comunicar, registrar e transmitir conhecimentos uns aos outros, em suma, institui e perpetua suas culturas. Tattersall, ao afirmar categoricamente, complementa: “[...] se estamos procurando um único fator de liberação cultural que abriu caminho para a cognição simbólica,

a invenção da linguagem é a candidata mais óbvia.” (2006, p. 73).

Saussure (2006), por sua vez, ao considerar a linguagem enquanto operação, irá chamar atenção para o fato de que, a linguagem, enquanto um instrumento de interação e dominação, existe e se enraíza, apenas, na mente daqueles que a compartilham. Não sendo em essência uma concretização, mas sim uma abstração da realidade que, para se concretizar, depende do ato comunicacional (a fala). Nesse sentido, se a comunicação concretiza a linguagem, a primeira só se manifesta enquanto, e a partir, do acervo linguístico.

Saussure sistematiza os estudos da linguagem a partir de uma dicotomia epistemológica: uma tem por objeto a língua (*langue*) e outra, a fala (*parole*); de modo que, a primeira em sua essência, seria uma manifestação de ordem social, em contrapartida à segunda que se individua como a estrutura singularizada da problemática linguística. É a partir dessa abordagem que Saussure estabelece seu escopo teórico, a língua, considerada por ele enquanto um sistema de signos formados pela união do sentido e da imagem acústica: “é um tesouro depositado pela prática da *parole* em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade.” (SAUSSURE, 2006, p. 23). Sentido entendido aqui como sendo o próprio conceito, ideia, em suma, o significado a se comunicar; enquanto a imagem acústica é pensada como a impressão psíquica a ser materializada, o elemento significante pelo qual se comunica.

A partir deste viés, Saussure demarca que esses dois elementos estruturais constituintes do signo linguístico “estão intimamente unidos e um reclama do outro” (SAUSSURE, 2006, p. 80). São, portanto, necessariamente interdependentes, uma vez a existência de uma estrutura compromete a existência da outra, ainda que “o laço que une o significante e o significado é arbitrário.” (SAUSSURE, 2006, p.81). O teórico defende a tese de que a arbitrariedade do signo linguístico é resultado da não obrigatoriedade de relação entre significado e significante. E se respalda ao referir-se as diferenças entre as línguas, da possibilidade de um significado ser representado por vários significantes.

Em frente o teor das concepções saussureanas, no que diz respeito ao seu aspecto comunicacional, proponha-se, com certa abstração e simplicidade, a considerar sistematização operacional da linguagem enquanto um processo que se estabelece em duas frentes: primeiramente, um momento da codificação, no qual é possível se traduzir uma ideia abstrata, um conceito imagístico, uma sensação experienciada, em suma, um pensamento de qualquer

ordem, em um significado e a este, associar-se um elemento significante; posteriormente, o que é codificado, se intui ser compreendido, de modo que ao ser verbalizado, propagado e transmitido a outro indivíduo, que ao compartilhar do mesmo repertório linguístico, seja capaz de entender – em maior ou menor grau – o sentido do que é significado a partir do significante – isto é, a decodificação.

A linguagem funciona, portanto, como uma espécie de arcabouço partilhável de significados e significantes, de nomes e sentidos, aos quais se atribuí as coisas e sensações, a fim de com isso melhor compreender e compartilhar a experiência que se tem de mundo. A linguagem, uma vez mais retomando Kristeva (2007), é a um só tempo, matéria e concretização do pensamento. Coloca em jogo não apenas a possibilidade de processos exponencialmente mais complexos de interação, não apenas viabiliza a capacidade de memorizar e comunicar saberes, mas acima de tudo, é pela linguagem que o homem pode tomar noção de si, enquanto ser. Se o *Homo sapiens* sabe que sabe, isso é antes qualidade da linguagem. A linguagem é o próprio contexto do existir humano. Se a comunicação institui o seu mundo, a linguagem o humaniza.

A comunicação enquanto processo

Já diagnosticava McLuhan (2002) que nenhuma outra operação humana, senão a comunicação e os meios em cima dos quais esta se edificou, e ainda edifica, influenciou mais as sociedades no que concerne as formas através das quais o homem pode interagir com os seus semelhantes e com o seu ambiente. Afinal, a porta de acesso do indivíduo a cultura e ao imaginário, a sociedade e seus valores, a religião e seus dogmas, as artes e os seus sentidos, em suma, a realidade, propriamente, humana, não é outra, senão a comunicação.

Thompson assegura que “em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico” (THOMPSON, 2012, p.35), de modo tal, que se torna inviável pressupor qualquer tipo de sistematização social que não implique em trocas comunicacionais. É coerente ainda, presumir, que a sociedade, enquanto uma organização de sentido comum entre indivíduos distintos, um “estar junto comunitário”, se estabelece no fluxo das comunicações entre suas partes, caso, por comunicação, assumam-se, por exemplo, a concepção de Colin Cherry, que categoricamente,

afirma: “comunicação significa compartilhar elementos de comportamento ou modos de vida, pela existência de um conjunto de regras.” (CHERRY, 1974, p. 42).

Tanto Thompson, quanto Cherry levam em consideração a comunicação a partir de uma ideia de troca. Para ambos os autores, a comunicação enquanto operação de permuta implica em um agir social. Intersubjetivo. Thompson, assim então a define como sendo o “[...] tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção das formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (THOMPSON, 2012, p.25)

A concepção de Thompson, apesar de concisa, é de grande valia, e já coloca em jogo, a problemática das tecnologias de comunicação e seus impactos, tanto nos processos comunicacionais, quanto em sociedade. Cherry, por sua vez, mais do que um significado, atribui um sentido à comunicação, chamando a atenção para sua função na composição das realidades socioculturais. Fato é que a comunicação, seja enquanto operação, seja enquanto sentido influi dinamicamente na forma como os indivíduos se correlacionam no mundo. E mais do que troca, comunicação é tráfego e processamento, e em última instância, interação intersubjetiva.

Tendo isso em mente, considere-se, a principio, a comunicação em seu caráter técnico e operacional, assumindo sua função de tráfego de informação. Pressupõe-se com isso, um dado modo de agir a partir do qual pode-se fazer com que uma dada informação possa partir-se de um dado lugar – uma fonte emissora – com o intuito de chegar em outro dado lugar – a base receptora. A ideia de tráfego implica, também, supor reciprocidade, afinal, a comunicação é um agir comum, tanto quem emite, quanto quem recebe a informação, para se colocarem em diálogo, precisam estar aptos a isso, estando em contextos de ação mais ou menos similares.

Se se levar em consideração tais suposições, é possível presumir que a comunicação, em seu processo de funcionamento, trata-se da estruturação sistemática entre partes em contínua interposição, cuja qual impõe algumas condições específicas para sua experientiação, a saber, um emissor hábil a codificar uma mensagem e um receptor hábil a decodificá-la, e intermediando esta relação, um canal capaz de carregar a mensagem, o código utilizado, o quadro de referências no qual se institui o código, e acima de tudo, a capacidade linguística humana, afinal, as partes precisam compartilhar de um conjunto de circunstâncias

linguísticas para poder se fazerem entender. São estruturas específicas que, em maior ou menor grau, se assim se assumir, todo processo comunicacional resguardaria em si. Estabeleça-se a grosso modo, seguindo por essa lógica, que processos comunicacionais são a propagação e troca de conteúdos codificados partindo de um emissor pressupondo uma recepção capaz de decodificar e assimilar estes conteúdos. Sendo que essa troca pode ter caráter midiático – querendo com isso considerar aquelas comunicações específicas, que para ocorrerem, ancoram-se em meios técnicos extralinguísticos – ou não, particular ou social. O que em suma, implica considerar a comunicação enquanto interação. Um agir comum. Uma interação entre duas partes que possuem e pertencem, simultaneamente, à um mesmo mundo compartilhado, isto é, que possuem um certo quadro de referências socioculturais similar. Ou ao menos esta é a reflexão que se pode propor a partir da significação formal da palavra na língua portuguesa: “1. Ato ou efeito de comunicar(-se). 2. Processo de emissão, transmissão e recepção de mensagens por meio de métodos e/ou sistemas convencionados. 3. A mensagem recebida por esses meios. 4. A capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, com vista ao bom entendimento das pessoas.” (FERREIRA, 2010, p.183).

É interessante chamar a atenção para o caráter de “acontecimento” da comunicação e sua relação com a noção de temporalidade. É cabível pressupor que toda comunicação ocorre temporalmente, uma vez que, seja considerando-a como tráfego ou como interação, seus processos implicam transição e troca. E aqui, é importante que se considere temporalidade antes no sentido da transformação, da mudança, da evolução, uma narrativa da concretização de um ato do que de uma ideia de linearidade sequencial. Esta relação torna-se mais clara uma vez tendo-se em mente o modo de operar da comunicação: é algo – uma mensagem – que parte e que chega, que é codificada e decodificada, que se pensa, se emite e se pretende ser compreendida; e a interação entre emissor e receptor, que se estabelece por meio da compreensão ou não da mensagem, pode tanto ocorrer no instante da emissão – no caso do ato da fala – ou em qualquer outra distância temporal – como um livro que poder lido hoje ou daqui a séculos – o que contrapõe a ideia de sequencialidade imediata no ato comunicacional. Em síntese, no que diz respeito a temporalidade, a comunicação é um processo:

Se aceitarmos o conceito de processo, veremos os acontecimentos e as relações como dinâmicos, em evolução, sempre em mudança, contínuos. Quando chamamos algo de processo, queremos dizer também que não tem

um começo, um fim, uma sequencia fixa de eventos. Não é coisas estática, parada. É móvel; Os ingredientes do processo agem uns sobre os outros; cada um influencia todos os demais. (BERLO, 2003, p.22 e 23)

David K. Berlo é quem, ao seu tempo, melhor irá se atentar ao caráter processual da comunicação, ao considerá-la “como sendo o processo através do qual um indivíduo suscita uma resposta num outro indivíduo, ou seja, dirige um estímulo que visa favorecer uma alteração no receptor por forma a suscitar uma resposta” (2003, p.40). O pano de fundo teórico de Berlo é a própria noção aristotélica de comunicação, cuja qual, é observada por ele a partir de seu objetivo: a persuasão. Berlo assegura que o principal sentido da comunicação na vida humana é a possibilidade de transmutação, isto é, a capacidade poder alterar e influir nas demandas que lhe são externas. Comunicar é, neste sentido, poder exercer uma força capaz de modificar, é uma dinâmica transformadora, de modo que recorre-se a comunicação com a intenção de influir, seja sobre outros agentes de comunicação, seja sobre o ambiente externo, seja sobre os meios aos quais se recorre para se dispor do processo comunicacional, ou mesmo ainda, sobre si mesmo. É neste sentido, que para Berlo, é importante que se tenha em mente como a comunicação torna o ser humano um agente consciente e determinante no seu modo de existir no mundo, a comunicação, dá possibilidade de escolher como influir no andamento das coisas.

Quanto a operação em si, Berlo foi um dos principais defensores da sistematização emissor-receptor, levando a sua teoria a ser conhecida como “o modelo dos ingredientes”, o autor retoma as concepções de Shannon e Weaver e abstrai-se na operação retórica considerada por Aristóteles – a saber, um orador (emissor) que discursa (mensagem) a uma audiência (receptores) com o intuito de persuadir seu público (sentido da comunicação) – para então adicionar outros elementos na composição do processo comunicacional, cujos alguns dos quais foram considerados agora a pouco. Berlo chama atenção ainda para o fato de que se o objetivo é o “diálogo” entre as partes, estas devem possuir algum grau de similaridade no domínio dos códigos compartilhados a fim de se evitar com isso todo tipo de contradição nos processos de compreensão. Berlo está irrevogavelmente de acordo, que o processo comunicacional, em última instância, se resguarda na “compreensão” do receptor, no modo como este reage ao estímulo da ação emissora, afinal, caso não se “suscite respostas” na fonte receptora, o processo não se concretiza enquanto comunicação. Aqui, é

ainda mais interessante o sentido que Berlo atribui a comunicação do que o modo como estabelece seu procedimento.

Comunicação e compreensão

Se para Berlo, a comunicação, só se concretizava quando esta suscitava respostas na entidade receptora, Wolfgang Iser (1996), no campo da literatura, irá chamar atenção para o papel participativo do receptor (leitor) no processo de compreensão da comunicação. Ao tomar por objeto a literatura, Iser irá considerar o fato de que uma mensagem textual, carrega lacunas discursivas em sua composição, que podem ter sido ou não intencionadas por parte do emissor, de modo tal, que para o texto poder fazer sentido enquanto comunicação, depende da intuição do leitor que não apenas preenche essas lacunas – a partir de seu horizonte de expectativas e vivências – mas também atribui um sentido ao material da comunicação. Afinal, deve-se ter também em mente, que toda comunicação é um ato conjunto de duas partes, que ao se colocarem em jogo com o processo, trazem consigo todo seu repertório de referências e experiências socioculturais, e a partir dele, traçam interpretações. Quando o leitor preenche as lacunas textuais, este torna-se “co-autor” da comunicação desencadeada, de modo que o receptor antes de comunicar-se com o emissor, comunica-se, em si, com texto, uma vez que “o texto ficcional deve ser visto principalmente como comunicação, enquanto a leitura se apresenta em primeiro lugar como uma relação dialógica.” (ISER, 1996, p.123). Zilberman complementa: “São as indeterminações que permitem ao texto 'comunicar-se' com o leitor, induzindo-o a tomar parte na produção e compreensão da obra.” (ZILBERMAN, 2001, p.51).

De modo análogo, qualquer tipo de mensagem comunicacional, apresenta limites de compreensão e lacunas discursivas. Mesmo com a complexidade de códigos linguísticos e imagens simbólicas, dificilmente uma pessoa será capaz comunicar uma mensagem absolutamente equivalente ao pensamento que a formulou, e ainda mais difícil pretender uma compreensão equivalente. Toda informação codificada em mensagem comunicacional, pode-se presumir a partir desta linha de raciocínio, não existe em si e para si, uma vez que faz parte de uma realidade comunicacional e linguística muito maior. Da mesma forma que emissor e receptor, interagem, suas comunicações anteriores e posteriores, também se “comunicam”.

Assim por “suscitar respostas” na fonte receptora, não se deve ter em mente a plena compreensão da mensagem, mas sim um meio termo, ou melhor, um direcionamento a partir do qual o receptor, com base em seu quadro de referências socioculturais extra-comunicacional – o que Iser chama de repertório – possa ser capaz de traçar uma interpretação mais ou menos esperada. Iser (1996) usa o conceito de *leitor implícito* para trabalhar esta ideia, ao considerar a existência de uma estrutura no próprio texto/mensagem que conduz o ato da leitura/recepção apesar de todas as lacunas e interpretações possíveis, ditando o rumo e o ritmo da compreensão. Assim, para Iser, mesmo diante de toda multiplicidade de interpretações, existe um caminho estruturado para uma compreensão presumida, ainda que de maneira alguma o emissor possa controlar as respostas do receptor.

É tendo esse quadro geral em mente, que pode-se afirmar o papel participativo do leitor no ato da comunicação, uma vez que para a concretização do processo comunicacional, este deve desempenhar a função de agente a procura de sentidos a serem atribuídos e cujo diálogo com o emissor, se intercede a partir da mensagem codificada. É o ato receptivo de se intuir na mensagem, que para Iser, conclui e assegura a comunicação enquanto operação de sentido. O texto não é uma “realidade” comunicacional só por ter se pretendido como tal, e a menos que seja lido, nunca se concretizará. O mesmo ocorre com os demais discursos comunicacionais.

Jürgen Habermas (2012), por sua vez, leva a reflexão da comunicação, mesmo que ainda dentro do eixo de problematizações entre a ideia de “diálogo” e “compreensão/entendimento”, para um outro âmbito de discussões, ao preocupar-se, sobretudo, em traçar uma teoria da geral da sociedade levando em conta o papel central ação comunicativa enquanto proceder social. Habermas propõe uma noção normativa de comunicação, voltada ao consenso, cujo qual se institui a partir da intersubjetividade entre os sujeitos.

Para Habermas, tanto a ação estratégica quanto a ação comunicativa, constituem um novo tipo de processo de racionalização das interações estabelecidas entre indivíduo e sociedade, em que a primeira vincula-se a realidade sistêmica, aonde os meios de influência, se dão pelo poder econômico (dinheiro) e pelo poder estatal (força), e a segunda se institui no *mundo da vida*, isto é, o conjunto dos saberes compartilhados, o contexto da intersubjetividade dos sujeitos, que conduz a ação comunicativa rumo ao entendimento, a

"totalidade das interpretações pressupostas pelos participantes como um saber de fundo" (HABERMAS, 2012, vol. I, p. 31). Assim, para o autor:

O objetivo de se conseguir um entendimento (*verständigung*) é chegar-se a concordância (*einverständnis*) que termine na mutualidade intersubjetiva de compreensão recíproca, no conhecimento partilhado, na confiança mútua e na concordância entre os ouvintes. (HABERMAS *apud* NEVES & RODRIGUES, p.57).

Deve-se ter em mente que em Habermas (2012, vol. II), e aqui não se poderia dizer o contrário, que o próprio sentido que o autor atribui a função da linguagem, é estabelecer – aqui prefere-se considerar a ideia de “conduzir” ou “guiar” – o entendimento entre as partes de um processo comunicativo, cujas quais coordenam suas ações de acordo com seus respectivos objetivos. Para se chegar a esse entendimento, a ação comunicativa, deve cumprir certos preceitos de clareza, veracidade, validade e legitimidade para poder então estabelecer a real comunicação, enquanto tal. Caso contrário, a ação comunicativa se deixa cair em ação estratégica, cujo propósito único é influir sobre outro, de modo a obter sucesso, por exemplo, na manipulação de algum tipo de opinião, e para isso, vale mentir, falsear argumentos, impor a força, da violência ou do dinheiro, a fim de se alcançar o objetivo pressuposto.

A ação comunicativa é então, antes de mais nada, um “dever ser” – de cunho ético – vinculado a uma *pretensão de validade criticável*. Por ser em Habermas uma ação de caráter normativo instituída no âmbito social, a comunicação deve se referir as suas normas e valores, de modo que estes sejam reconhecidos pelos atores da comunicação, e a partir dos quais possam fomentar seus argumentos mediados por razões; estas, por sua vez, se fundamentam a partir de pretensões de validade, abertas à crítica, à correção e a continua reformulação.

Considerações finais

Como considerado introdutoriamente, frente ao limite das possibilidades aqui imposto, não se pode assumir a responsabilidade de se adentrar ao fundo da teoria habermasiana e explorá-la no todo de sua densidade. Na verdade, em nenhum dos autores trabalhados. No contexto da presente discussão, apenas se fez este breve resumo superficial à fim de se poder

estabelecer alguns paralelos, ainda que limitados, com a visão de Iser (1996). Parece adequado pressupor alguma relação, senão de similaridade, ao menos de interposição, entre as noções de *repertório* em Iser e *mundo da vida* em Habermas, obviamente, com diferentes graus de complexidade. O mesmo talvez possa ser presumido, na ausência da questão ética, entre a ideia que o primeiro autor faz de *compreensão* e a que Habermas faz de *entendimento*.

Mas, sobretudo, o principal é se atentar que em ambos os autores, a comunicação se estabelece como uma relação intersubjetiva entre sujeitos. E com certa abstração, em todos os autores que até aqui se trabalhou, a comunicação, funciona enquanto intercâmbio simbólico entre consciências. Afinal, este é o sentido próprio da linguagem humana nos processos de interação. Ou será que não? Em uma crítica de cunho luhmaniana a obra de Habermas, Neves e Rodrigues (2012) constatam:

Contemporaneamente, Jürgen Habermas (1987) desenvolve uma concepção de sociedade que leva em conta a centralidade do processo comunicativo, como ação comunicativa, para o estabelecimento dos mais variados processos sociais. Não obstante este importante passo teórico, a base conceitual de sua teoria é rigidamente relacionada a uma concepção normativa de comunicação, acessando uma característica da comunicação mais circunscrita aos “atos de fala” com pretensões de validade voltados para o entendimento, para o estabelecimento de consensos. O dever ser intrínseco a sua teoria reduz assim as possibilidades de um conceito de comunicação mais amplo, que incorpore fenômenos sociais que não se dão no âmbito da comunicação direcionada ao entendimento [...] No entanto, e em contraponto ao exposto, se estas condições falham (conflitos, enganos, desacordos), e muitas vezes falham, a sociedade permanece, a comunicação se reinicia. Algo, então parece apontar para a compreensão da sociedade como sistema social de comunicação não necessariamente consensual, partilhado, intersubjetivo. Os indivíduos (sujeitos, atores) comunicam sem necessariamente compartilharem algo, confiarem uns nos outros ou, finalmente, concordarem. (NEVES & RODRIGUES, 2012p. 56 e 57)

Obviamente, é possível supor uma comunicação em que não se vise necessariamente o entendimento ou a compreensão, ainda mais se se tem em mente uma ideia de comunicação cíclica tal qual supõe Niklas Luhmann, aonde o fluxo é contínuo e constante, aonde a recepção e “compreensão” ao mesmo tempo finaliza e dá início a outra comunicação, de modo tal, que próprio ato de “entender que não se entendeu” uma comunicação, pressupõe outra operação comunicacional, afinal, “a comunicação é uma operação que se conecta com outras operações do mesmo tipo. Surge por que antes houve outra comunicação gera

conexões com as comunicações que se seguiram.” (RODRIGUEZ & TORRES, 2008, p.71).

É claro, que é possível uma comunicação fora do eixo normativo do *agir comunicacional* proposto por Habermas. Entretanto, se os indivíduos compartilham um certo quadro de experiências e referências socioculturais e linguísticas que entram em jogo em suas interações, é possível considerar uma comunicação fora da intersubjetividade? Luhmann, ao menos acredita que sim, ao propor uma ideia de “comunicação sem seres humanos”, de modo equivalente a sua noção de sociedade “sem indivíduos”²:

Diferentemente do que muitas vezes se supõe, o funcionamento das relações sociais (para nós: a *autopoieses* da sociedade) não depende da 'intersubjetividade' nem do consenso. A intersubjetividade não se supõe de antemão e nem se pode produzir [...] O que importa, no lugar disso, é que a comunicação continue – qualquer que seja o acompanhamento iniludível de consciência que para isso se necessita. [...] Pode-se simplesmente abandonar a premissa de 'intersubjetividade' ou, todavia a de consenso (LUHMANN *apud* NEVES & RODRIGUES, 2012, p.58)

A crítica luhmaniana, apesar de válida, é muito abstrata, e seria necessário esgotar grande parte sua teoria da sociedade para poder se entender como o autor problematiza a relação entre comunicação e sociedade, sistema e ambiente. E o mesmo deveria ter sido feito com Habermas. Aqui, quis-se se considerar sua crítica a problemática da intersubjetividade para demonstrar o quão multifacetadas são as possibilidades de se assumir a comunicação como objeto de estudo. Por abarcar o conjunto das disciplinas que se propõem a tratar de todos os processos, efeitos, impactos e sentidos, que a ela se atribuí, no mundo e no indivíduo, e sobretudo, a faculdade que os suscitam, a comunicação funda-se enquanto campo epistemológico, na interdisciplinariedade dos saberes.

Aqui, quis-se se considerar algumas das perspectivas de estudo que a ideia de comunicação suscitou nos campos da sociologia, da linguística e da literatura. O fim desta discussão, era o seu próprio meio, isto é, a reflexão. Reflexão essa, sobre caminhos teóricos que colocam em cheque a realidade do ser humano com o mundo. É certo que muitos tópicos

2 Luhmann trabalha com uma visão sistêmica de sociedade. Para o autor, os sistemas não se instituem a partir da soma de suas partes físicas, mas sim pelo sentido das diferenciações entre os sistemas e seus entornos. Assim a sociedade é um sistema que se diferencia da consciência por colocar em jogo sentidos diferentes, funcionando um como entorno do outro. Os indivíduos são, portanto, o ambiente da sociedade e não o seu todo.(NEVES; RODRIGUES, 2012)

de discussão que suscitariam melhor clareza ao objeto deste trabalho deixou-se de lado. Infelizmente, antes pela necessidade do que pela falta da percepção, muito mais se deixou de fora do que se abordou. Fica em aberto então, tanto ao autor quanto aos leitores, o que se subsegue e o que se suscita com tal reflexão.

Referências

BERLO, David K. **O processo de comunicação**: introdução à teoria e à prática. São Paulo, Martins Santos, 2003

CHERRY, Colin. **A comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1 e 2.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 2007.

NEVES, Fabrício Monteiro; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Niklas Luhmann**: a sociedade como sistema. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

TATTERSALL, Ian. Como nos tornamos humanos. In: **Scientific american**. São Paulo: Duetto, 2006. Edição Especial no. 17, p. 68-75.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paula: Ática, 1989.